

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS: O CASO DE DOURADOS, MS, BRASIL

POLÍTICAS PÚBLICAS Y SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL EN CIUDADES MEDIAS: EL CASO DE DOURADOS, MS, BRASIL

PUBLIC POLICIES AND SOCIO-SPATIAL SEGREGATION IN MEDIUM-SIZED CITIES: THE CASE OF DOURADOS, MS, BRAZIL

Lucas Daniel Máximo Rosa

lucas.dmax@gmail.com

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Rio Claro, SP

Resumo: A segregação socioespacial é um problema característico do processo de urbanização brasileira e, com os avanços desse processo, as cidades médias se tornaram um espaço para que a exclusão social se tornasse uma marca de sua reprodução urbana. As políticas públicas desempenham um importante papel na estruturação e reestruturação do espaço urbano nas cidades. Este artigo propõe uma breve reflexão acerca do papel das políticas públicas de diferentes esferas de poder como viabilizadoras de disparidades socioespaciais nas cidades médias a partir da análise de Dourados, na região Centro-oeste do país.

Palavras-chave: Geografia urbana, urbanização brasileira, exclusão social.

Resumen: La segregación socioespacial es un problema característico del proceso de urbanización brasileña y con los avances de ese proceso, las ciudades medias se convirtieron en un escenario donde la exclusión social se convirtió en una marca de su reproducción urbana. Las políticas públicas desarrollaron y aún desarrollan un importante papel en la estructuración y reestructuración del espacio urbano de esas ciudades. Este artículo propone una breve reflexión acerca del papel de las políticas públicas de diferentes esferas de poder como viabilizadoras de disparidades socio espaciales en las ciudades medias a partir del análisis de Dourados, en la región del Medio Oeste del país.

Palabras clave: Geografía urbana, urbanización brasileña, exclusión social.

Abstract: Socio-spatial segregation is a characteristic problem of the Brazilian urbanization process and with the advances of this process, the medium-sized cities have become a space where social exclusion has become a mark of urban reproduction. Public policies have developed and still play an important role in structuring and restructuring the urban space of these cities. This article proposes a brief reflection about the role of public policies of different spheres of power as the facilitator of social and spatial disparities in medium cities from the analysis of Dourados in the Midwest region of the country.

Keywords: Urban geography, Brazilian urbanization, Social Exclusion.

INTRODUÇÃO

Nota-se que o crescimento urbano brasileiro se deu de forma acelerada a partir de meados do século XX em consequência de investimentos no setor industrial. Dessa forma, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), em comparação com 1950, quando 30% da população brasileira residia em áreas urbanas, em 2010, um percentual de 84% de brasileiros se encontrava em áreas urbanas. Dessa forma, em pouco mais de 70 anos, o Brasil se viu predominantemente urbano e com uma estrutura urbana diretamente associada a novas lógicas espaciais capitalistas, o que levou à um incremento significativo de questões econômicas e sociais na realidade de diversos municípios brasileiros (IBGE, 2010).

No entanto o processo de urbanização brasileiro não se deu de forma uniforme pelo território nacional, onde regiões como Sul e Sudeste obtiveram maiores índices de urbanização frente às demais regiões do país. Grandes incentivos fiscais e investimentos econômicos dados à essas regiões favoreceram uma urbanização ainda mais acelerada se comparada ao fenômeno em escala nacional (IBGE, 2010). Como resultado observa-se na estruturação espacial uma desigualdade urbana e regional que acentua assimetrias no âmbito do desenvolvimento econômico e social desses municípios. O processo desigual de urbanização em que algumas regiões foram privilegiadas ocasionou o fenômeno relativamente recente na hierarquia urbana brasileira das cidades médias. O processo desigual de urbanização em que algumas regiões foram privilegiadas ocasionou a estruturação de um fenômeno relativamente recente na hierarquia urbana brasileira: as cidades médias.

A partir, portanto, de um processo de urbanização acelerado e desigual e de transformações trazidas pelo sistema capitalista, o desenvolvimento industrial e econômico do país colaborou para que diferentes realidades urbanas fossem criadas. Para Harvey (2004) o capitalismo é o principal agente de tais assimetrias, já que o sistema produz um desenvolvimento geográfico desigual. Assim ocorrerá também nas cidades médias, acentuando o processo de segregação socioespacial¹.

O contexto brasileiro começa a ser modificado a partir do início do século XXI, no qual políticas públicas² e incentivos governamentais buscam incentivar o desenvolvimento de regiões até então menos beneficiadas pela mudança no comportamento urbano brasileiro. Nesse contexto, as cidades até então caracterizadas como cidades de porte médio assumiram um importante papel na rede urbana do país, aumentando de tamanho tanto demográfica como economicamente, visto a oferta de trabalho que fez com que o processo migratório campo-cidade rumo as metrópoles se desse de forma mais acelerada e precária. De acordo com Esteban e López (1989), a cidade média representa um papel de

1 As discussões aqui trazidas sobre a segregação socioespacial no espaço intraurbano das cidades médias tem origem nas reflexões de Vieira e Melazzo (2003) *Introdução ao conceito de segregação socioespacial*.

2 Aqui adota-se o conceito de política pública elaborado por Teixeira (2002, p.2) presente no texto de Gianezi et al. (2017, p. 1071) no qual as políticas públicas são constituídas por distintas “[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamento), orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas”

intermediação entre as pequenas cidades e as metrópoles através da oferta de melhores condições de vida. Assim, estas cidades passam a exercer um importante papel, não só se tornando novos pontos de aglomeração populacional, mas também pelo papel comercial e econômico que começam a assumir sobre o território nacional. Para Calvete

(...) a partir do final do século XX e começo do século XXI, se nota uma mudança de direção destes fluxos em direção a cidades médias. Mesmo com o crescimento da economia, as migrações são vistas como fonte de muitos desequilíbrios tanto econômicos quanto sociais, nas regiões de origem e também nas de destino. O aumento populacional econômico das cidades médias leva a uma série de mudanças, reformulando e reestruturando o espaço e as relações dentro delas (CALVETE, 2011, p. 23).

Nesse sentido, as cidades caracterizadas como médias passam a representar importantes nós hierárquicos na rede urbana brasileira, no que são também acometidas por processos de fragmentação e segregação socioespacial, o que reforça o padrão vivido pelas grandes metrópoles – a de uma separação espacial da população. Essa se concretiza de forma acentuada e, viabilizada pelo sistema capitalista e pela presença de diferentes agentes econômicos, leva parcelas menos favorecidas da população a ocupar áreas periféricas, o que evidencia também a segregação socioespacial pela falta de acesso à uma infraestrutura urbana (SPOSITO et al., 2007).

Dessa forma, há uma separação espacial entre diferentes áreas com diferentes classes sociais dentro de um determinado espaço urbano. Percebe-se que a segregação espacial está relacionada a fatores econômicos, sociais e históricos intensificados pelo fato de que as principais vítimas do processo injusto de reprodução do espaço urbano são parcelas populacionais que não possuem acesso a condições de vida que lhes permitem reivindicar um local de fala e de localização espacial digna dentro das cidades.

Como consequência do processo de segregação há uma marginalização da população carente e o aumento de desigualdades e fenômenos característicos de grandes centros urbanos, como a favelização (SPOSITO et al., 2007). É nesse cenário que um conjunto de políticas públicas que deveriam promover a inserção de tais parcelas da população nas cidades de forma mais justa e inclusiva se curva diante de interesses de agentes capitalistas e viabilizam as disparidades presentes dentro das cidades.

As cidades médias passam então a ser consideradas espaços em transição, localidades onde a ação de políticas públicas apontará como se comportará o espaço urbano no futuro (CORRÊA, 2007).

CIDADES MÉDIAS

As cidades categorizadas como cidades médias surgem em um cenário de reorganização espacial urbana do Brasil no qual um sistema capitalista priorizava a expansão de malhas rodoviárias a fim de promover a maior fluidez da produção e, logo, do capital. Dessa forma, as cidades médias, desde meados do século XIX, apresentavam suas principais características voltadas à sua posição geográfica. Nas palavras de Sposito et al. (2007)

[...] a importância de uma cidade média tinha, e ainda tem, relação direta ou indireta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços (p.37).

Esse primeiro momento, dado pela importância da cidade média devido a sua localização, passa por diferentes mudanças, incorporando elementos como o fluxo de informações e as redes de tecnologia (SPOSITO et al., 2007).

Em um panorama histórico de inserção de cidades médias como importantes nós na rede urbana brasileira, é necessário ressaltar a importância que a desconcentração industrial de grandes metrópoles desempenhou no fortalecimento de centros urbanos interioranos. Porém, como cuidado metodológico, necessita-se entender que o fenômeno de metropolização de cidades interioranas não se dá exclusivamente por uma raiz industrial, já que muitas cidades médias possuem características marcantes que vão além de fatores industriais e se associam à fatores relacionados ao campo e a produção agrícola³.

O perfil das cidades médias é orientado, em grande parte, pela presença do consumo, evidenciando como o setor de comércio e serviços desempenham um papel essencial no desenvolvimento dessas cidades (SPOSITO et al., 2007). Como resultado à também diminuição do crescimento demográfico de grandes áreas metropolitanas como São Paulo e Rio de Janeiro, as metrópoles regionais cresceram em ritmo acelerado, gerando a necessidade de se conhecer o papel desempenhado por essas espacialidades na estrutura urbana e a necessidade de desenvolver políticas públicas que valorizassem seu papel urbano.

Sintetizando, nas palavras de Corrêa (2007), a particularidade das cidades médias

... reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano, por meio da qual pode-se conceitualizar a pequena, a média e a grande cidade, assim como a metrópole. Esse pressuposto, por outro lado, alicerça o esforço de se construir teoricamente esse objeto de estudo, complexo e diferenciado, resultado de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigualmente fragmentado e articulado (...) é necessário que não se considere isoladamente cada um dos três pontos aqui apresentados – tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intraurbano – mas uma particular combinação deles. (CORRÊA, 2007, p.23)

Dessa forma, de acordo com Sposito (2007), é possível elencar alguns processos que rodeiam o crescimento dessas espacialidades e que vem provocando mudanças em diferentes escalas no papel das cidades médias dentro da hierarquia urbana.

Em uma primeira aproximação, a concentração e centralização econômica assume um importante papel. A partir de uma lógica capitalista que molda a reprodução do

3 Tais origens produtivas diretamente ligadas ao campo podem ser apontadas em trabalhos realizados pela Rede de Pesquisadores de Cidades Médias, ReCiMe, nos quais a importância da agricultura no desenvolvimento das cidades médias pode ser observada nos casos de Passo Fundo, Mossoró, Dourados e Chapecó. Ver Sposito e Maia (2016) e Sposito, Elias e Soares (2010).

espaço urbano tanto nacionalmente como internacionalmente, a concentração econômica ilustra como as cidades médias são configuradas como centros de atração. Nas palavras de Sposito et al. (2007), a concentração econômica

[...] nos termos propostos por Marx (196?, p.726), resulta de dinâmicas de acumulação que propiciam a maior concentração de riqueza nas mãos de capitalistas individuais, o que, por sua vez, como explica Singer (1975, p.76), oferece condições favoráveis ao crescimento de empresas que procuram maior produtividade e, assim, transformam parte dos lucros em mais capital. Em outras palavras, pode-se afirmar que a concentração resulta de acumulação promovida por um capitalista ou grupo de capitalistas que se associam numa empresa ou num conglomerado (p.41).

Assim, essas cidades passam ao centro de novas relações do capital e, conseqüentemente, da forma de organização do mesmo, implicando diretamente na reprodução do espaço urbano e na centralidade econômica desenvolvida como ‘elos urbano-regionais’ (STERENBERGER; BRUNA, 2001) de apoio às relações metropolitanas. A partir desse movimento, percebe-se uma dissociação espacial entre o lugar onde são realizadas as decisões estratégicas do capital – as metrópoles – e o lugar onde acontecem a produção industrial e, logo, o desenvolvimento de relações econômicas diretamente ligadas à produção. Nesse panorama, o mercado de trabalho nessas cidades se desenvolve de forma especializada, movida pelas demandas de incremento industrial, assim

[...] o aumento do mercado de trabalho para aqueles que têm melhor formação intelectual e profissional, significa para essas cidades, uma ampliação da capacidade de consumo em seu mercado, nesse caso definido na escala local, tendo em vista que são, agora, lugar de moradia de segmentos socioeconômicos de maior poder aquisitivo” (SPOSITO, 2001, p. 631).

Outro ponto de análise é a diversificação e melhoria de sistemas de telecomunicação e transporte, viabilizados através da aceleração do processo de globalização nos últimos anos que, conseqüentemente, diversificou a oferta de bens e serviços aos moradores dessas cidades, com alguns ramos de atividades que acabam por se desenvolver de forma especializada e sofisticada (SPOSITO et al., 2007).

Portanto, as formas de organização espacial de atividades econômicas relacionadas ao comércio de bens e serviços são resultado de um processo em que a concentração econômica acaba por acompanhar um fenômeno de desconcentração espacial (SPOSITO et al., 2007). A partir do entendimento dessas novas formas de organização do espaço percebe-se a importância que alguns agentes, além dos econômicos e industriais, possuem, como é o caso de agentes imobiliários.

Novos espaços, tanto de consumo como de habitação, são incorporados à cidade através de agentes imobiliários. Agentes esses que, seguindo uma lógica capitalista, atuam em dois planos: o primeiro, em que há um desenvolvimento do meio urbano; e um segundo, em que há a acentuação de desigualdades espaciais.

Como um último campo de análise, observa-se a importância do consumo, representando dentro desses espaços urbanos um aspecto essencial ao desenvolvimento. As relações econômicas presentes nas cidades médias geram uma configuração espacial descontínua, ou seja, há uma sobreposição de escalas locais, regionais e nacionais.

Em síntese, resultantes de diferentes interações, as cidades médias ao longo das últimas décadas do século XX incorporam ao caráter locacional a implantação de serviços especializados, a ampliação de mercado consumidor e a estruturação de uma rede de telecomunicações e transportes eficiente, trazendo novas possibilidades de análise sobre seu papel e sua definição dentro da hierarquia urbana brasileira. Essas transformações econômicas, logísticas, de infraestrutura, educacionais... transformaram essas espacialidades em alternativas de moradia à população que não deseja um estilo de vida metropolitano, mas espera ter acesso às condições e qualidade de vida semelhantes às grandes áreas urbanas.

Diante de todos os componentes utilizados para a construção do que é uma cidade média e de como esses espaços urbanos se comportam, inevitavelmente, as assimetrias sociais são espacializadas. Dessa forma, o espaço urbano das cidades em questão se torna um ambiente metamórfico, onde, diante de uma lógica capitalista de reprodução do espaço urbano, há um aumento da periferização, da fragmentação urbana e de desigualdades sociais.

Os problemas urbanos antes restritos às metrópoles começam a se reproduzir nessas novas esferas urbanas. A ausência de equipamentos de infraestrutura, como redes de saneamento básico, sistemas educacionais e de saúde, coleta de lixo, pavimentação de ruas e serviços de abastecimento de água, passam a marcar presença na realidade das periferias das cidades médias, muitas vezes marcadas por fenômenos de favelização e precarização de parcelas mais desfavorecidas economicamente. Ressalta-se que, em contrapartida, outras regiões dessas cidades passam a sofrer consequências como a especulação imobiliária, o congestionamento de vias, a disseminação de vazios urbanos e a ausência de áreas verdes.

A partir desse panorama de problemáticas socioespaciais do espaço urbano evidencia-se a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas para a melhoria dos espaços. O crescimento urbano predominantemente desigual e excludente dentro dessas cidades gera diferentes reflexões. Para Sposito et al. (2007), a desigualdade espacial merece ser entendida e estudada para que se possa compreender como se dão as relações dentro desses espaços, ou seja, quem colhe os benefícios trazidos pela urbanização das cidades médias?

Nesse sentido, esses espaços urbanos, que apresentam dimensões cada vez mais significativas dentro do país ao longo dos últimos anos e necessitam ser compreendidos além de sua dimensão econômica, como pontos de reprodução do capital, mas, concomitantemente, serem observados como espaços de interação entre processos naturais e sociais contraditórios. Essas espacialidades emergem questões cruciais, como a dimensão dos fenômenos de favelização, periferização, segregação, autosegregação na estruturação urbana; a presença de diferentes agentes econômicos na construção do espaço, através da produção habitacional e espaços de consumo; e, principalmente, na captação de que essas cidades representam a constante interação entre o mercado e o Estado, o local e o global, a pobreza e riqueza.

Como já evidenciado, diante de um sistema capitalista perverso o processo de urbanização das cidades médias não foge à regra e se dá de forma seletiva e excludente. Santos (1990), observa que

... a forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia gente pobre, mas que ela própria crie ainda mais gente pobre. O espaço é, desse modo, instrumental a produção de pobre e de pobreza: um argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não apenas como um dado ou como um reflexo, mas como um fator ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições (SANTOS, 1990, p. 59).

Dessa forma, pensando a produção do espaço urbano como uma produção segregacionista resultante de uma série de combinações de agentes econômicos, viabilizam-se processos que acentuam a exclusão social. O rápido crescimento dessas cidades produz um espaço desigual no qual o planejamento urbano apresenta dificuldades em atuar de forma efetiva no combate às desigualdades, diante das diversas forças políticas e econômicas de existentes.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DAS CIDADES MÉDIAS: O CASO DE DOURADOS, MS

Com base nas discussões realizadas até aqui, é de suma importância apontar que nessas cidades se desenvolveram ao longo do tempo uma série de políticas públicas que justificaram e moldaram seu desenvolvimento desde o princípio. Ou seja, políticas públicas tiveram um papel fundamental na existência das cidades médias, viabilizaram e ainda viabilizam as disparidades presentes.

Historicamente, esse grupo de cidades emergentes em destaque ao final do século XX foram incentivadas, numa época em que o país possuía muitas de suas regiões interioranas desconectadas das grandes metrópoles, fosse pela ausência de infraestruturas, fosse pela dimensão territorial (CORRÊA; MIZUSAKI, 2009). O momento vivido pelo país era de reestruturação econômica no qual o Estado deixava o caráter agrário-exportador para assumir um papel urbano industrial, intensificando a construção de um mercado interno nacional de forma integrada à produção industrial imensamente fomentada por um Estado desenvolvimentista (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

Dentro desse cenário, com o Estado assumindo um papel crucial na troca de modelo econômico brasileiro, houve uma remodelagem no papel e nas formas das cidades. Com o abandono do modelo agrário-exportador, a população que vivia no campo é obrigada a migrar em direção as cidades – momento onde surgem importantes centros regionais que abrigam a população advinda do campo. Com a migração campo-cidade de forma acelerada, o país passa a concentrar grandes parcelas populacionais nos centros urbanos.

Assim, com a valorização do mercado nacional e o ascendente crescimento da região Sudeste e de regiões conectadas a ela, o Estado, através de um modelo nacionalista-desenvolvimentista, buscou a expansão urbana através da urbanização de áreas ainda

vazias presentes no país através de um processo de colonização interno, como observado na ‘Marcha para o Oeste’ (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016,).

Esse movimento de ocupação do território nacional acabou por deslocar grandes massas populacionais dentro do país, implicando em uma série de políticas públicas que buscaram o desenvolvimento de novos centros urbanos e o fortalecimento de centros regionais já existentes. Tal condição é exemplificada pela cidade média de Dourados⁴, no estado de Mato Grosso do Sul.

Dourados, localizada no Sul do estado e com relações econômicas diretas com o estado de São Paulo, recebeu ao longo do início do século XX uma grande massa populacional movida pela ‘Marcha para o Oeste’, e, posteriormente, já ao final do mesmo século, se reestruturou em função da inserção da agricultura mecanizada, afirmando sua origem a partir de processos advindos do campo, fosse pela função de abastecimento à metrópole paulista, fosse pela inserção à um dinâmica do agronegócio global.

Dessa forma, Dourados, além de passar por um processo de reestruturação produtiva, em que se buscava o abastecimento da grande metrópole paulista, passou também por um grande incremento populacional, tanto de pessoas expropriadas do campo quanto de migrantes em busca de novas oportunidades de emprego.

Vale ressaltar que esse processo de incremento populacional de Dourados assumiu duas vias (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016): a primeira, levou à uma intensa periferação, com a população de baixa renda se instalando em áreas irregulares e desprovidas de uma infraestrutura urbana adequada, correspondente ao primeiro momento vivido pela região, apenas como um polo de abastecimento à metrópole paulista; e a segunda, a partir da modernização do campo, já ao final do século XX, trazendo consigo uma mão de obra especializada que necessitava de espaços de consumo, logo, de uma cidade que atendesse suas necessidades como nova elite local. Dessa forma, Dourados experimentou tanto o incremento de uma faixa de renda mais privilegiada quanto a proliferação de espaços sem infraestrutura urbana sob a condição de periferação imposta as parcelas da população de baixa renda.

Pode-se observar que uma série de políticas públicas de escalas federais direcionaram a cidade de Dourados para sua atual configuração de cidade média, como a criação da Colônia Agrícola da Grande Dourados (CAND) em 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas, utilizada como meio de estímulo à produção e fortalecimento de um mercado interno através da utilização de grandes massas populacionais migrantes; e nos projetos que compunham o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa Especial da Região da

4 A escolha da cidade de Dourados como exemplo do papel das políticas públicas na construção de uma cidade média vem da caracterização feita por Calixto e Bernardelli no estudo de título “Dourados: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada”, presente no livro “Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó” (SPOSITO; MAIA, 2016). As discussões trazidas pelo estudo permitem uma compreensão do papel histórico das políticas públicas na estruturação da cidade de Dourados como um polo, dada a participação inicial de um Estado de caráter desenvolvimentista na construção do espaço regional e, posteriormente, os governos estadual e municipal articulados de forma a remodelar a estrutura intraurbana através de políticas públicas primordialmente infraestruturais, o que ocasionou uma série de configurações materiais e imateriais que viabilizaram o atual entendimento de Dourados como uma cidade média.

Grande Dourados (PRODEGRAN), que visavam a inserção do Cerrado na economia brasileira e a modernização da agricultura, respectivamente (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

Além de políticas públicas em grandes escalas para a produção agrícola e para infraestruturas, a cidade também sofreu grande impacto com incentivos à pesquisa e a educação, como a instalação da EMBRAPA (1945) e a presença de centros universitários, hoje conhecidos como a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Portanto, com o fortalecimento da cidade de Dourados como um polo regional a partir de políticas públicas de âmbitos federal e estadual, novos planos levam à sua consolidação como cidade média. Nesse cenário, o poder municipal se articula em conjunto com as esferas estadual e federal e inicia uma série de medidas intraurbanas que visaram a resolução da segregação socioespacial, principalmente através de programas habitacionais (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

A presença de uma mão de obra qualificada, uma elite fortalecida e instituições de pesquisa e ensino, embora fossem de grande importância para o desenvolvimento econômico regional e intraurbano, aprofundaram as desigualdades socioespaciais, já presentes no espaço urbano de Dourados, como as disparidades do acesso à infraestrutura urbana, a periferização e a especulação imobiliária. Dessa forma, diferentes zonas da cidade assumiram diferentes papéis, com alguns setores valorizados e outros abandonados, exigindo a implementação de políticas públicas intraurbanas.

Tais políticas públicas intraurbanas buscaram a resolução do déficit habitacional e a realocação de parcelas da população em áreas de favelização⁵ mas acabaram por aprofundar ainda mais o processo de segregação socioespacial. Como apontam Calixto e Bernardelli (2016), a cidade de Dourados deu início a partir dos anos 1990 intervenções do poder público municipal sob políticas públicas de remodelação da estrutura urbana. Porém foi entre os anos 2000 e 2008 que programas como o *Programa Cesta de Material de Construção*, o *Programa de Erradicação de Favelas* e o *Programa de Arrendamento Residencial* foram significativos para tal remodelagem. Embora tais programas buscassem uma solução efetiva para o déficit habitacional vivido por Dourados, acabaram por viabilizar a fragmentação socioespacial da cidade (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016), uma vez que as casas construídas pelo programa foram instaladas em áreas distantes e/ou desprovidas de infraestrutura urbana, o que acirrou os conflitos sociais e gerou novos vetores de expansão da periferização da cidade.

As cidades médias, como apontado anteriormente, são cidades caracterizadas por disparidades metropolitanas presentes em seus espaços intraurbanos. De acordo com estudos realizados por Calixto e Bernardelli (2016), Dourados apresentava em 2014, 24 áreas de favelização, ou seja, a realidade vivida pelas grandes metrópoles brasileiras atinge as cidades médias de forma direta e transformadora. Tais dinâmicas comprovam que, conjuntamente com políticas públicas de diferentes esferas governamentais, os agentes econômicos capitalistas surgem com a intenção de lucrar com novas formas de organização

5 Nas palavras de Elias e Pequeno (2010, p. 245) as áreas de favelização ou favelas são “ocupações urbanisticamente desordenadas em situação fundiária ilegal precariamente atendidas por redes de infraestrutura e de serviços urbanos, onde predominam condições inadequadas de moradia no que se refere aos materiais e ao sistema construtivo utilizado”.

da produção habitacional, ou seja, as medidas tomadas com o intuito de construir uma cidade inclusiva acabam por viabilizar uma apropriação do espaço urbano por agentes econômicos que impõe valores fundiários e imobiliários dispares pelo tecido urbano (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

A presença de agentes econômicos que se apropriam da cidade a partir de interesses capitalistas, também influencia novas formas de organização espacial. Assim, outras políticas públicas, como os planos diretores, se travestem de interesses econômicos e viabilizam a segregação socioespacial através de novas dinâmicas na produção do espaço urbano, como a verticalização e a presença de loteamentos fechados. Em Dourados, tal reestruturação na produção do espaço pode ser observada a partir dos anos 1990, com a tomada do setor de construção civil por construtoras locais no processo de verticalização e pelo movimento de implantação de condomínios fechados a partir de 2008 (CALIXTO; BERNARDELLI, 2016).

Dessa forma, observa-se em Dourados como as políticas públicas atuaram de forma decisiva na construção de seu espaço urbano-regional, transformando-a no que se caracteriza como uma cidade média. Ressalta-se aqui como essa cidade média sul mato-grossense carrega em sua estruturação traços essenciais à compreensão não somente do fenômeno das cidades médias, mas também do processo de urbanização brasileiro, como através da captação da importância do campo, da indústria e das diferentes esferas de poder, sejam públicas ou privadas, na estruturação das cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, deve-se buscar uma análise das cidades médias e de sua estruturação de forma que sejam considerados tanto seu histórico de surgimento na hierarquia urbana brasileira quanto considerando as desigualdades sociais e espaciais geradas a partir da imposição de lógicas capitalistas viabilizadas através de políticas públicas.

As políticas públicas moldam a construção desses espaços ao longo de todo o processo de urbanização brasileiro e viabilizam o desenvolvimento de características fundamentais às cidades médias, como um setor de comércio e serviços fortalecido pela necessidade de consumo de novas elites locais, a produção desordenada do espaço urbano de forma a viabilizar a reprodução do capital e as disparidades sociais que acarretam a falta de acesso da população a uma infraestrutura urbana de qualidade.

Deve-se pensar nessas cidades como espacialidades nas quais diferentes agentes econômicos e políticos se apropriam do espaço e objetivam apenas a reprodução do capital, segregando e excluindo a população.

Emerge a necessidade de se pensar o espaço urbano a partir de uma ótica inclusiva, através da valorização de fóruns políticos que envolvam a comunidade, a transparência de gastos públicos, o incentivo à movimentos sociais de direito à cidade, admitindo os problemas de segregação socioespacial e pensando em medidas que combatam à ausência de moradias de qualidade, a favelização, a falta de infraestrutura e o déficit habitacional.

As políticas urbanas em suas mais diferentes escalas devem ser pensadas de forma integrada, visando não somente a resolução de problemas urbanos, mas, principalmente, a criação de laços e práticas que estimulem uma melhoria na condição de vida da população e o fortalecimento da rede urbana na qual as cidades médias estão inseridas, buscando a transformação dessas espacialidades em cidades menos díspares e excludentes.

REFERÊNCIAS

- CALIXTO, M.J.M.S.; BERNARDELLI, M.L.F. da H. Dourados: uma cidade média entre os papéis regionais e a dinâmica globalizada. In: SPÓSITO, M.E.B.S.; MAIA, D.S. (Org.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- CALVETE, A.S. **O papel das cidades médias na urbanização brasileira: um estudo de caso sobre a cidade de Palhoça-SC**. Florianópolis, 2011. Monografia (Especialização em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC.
- CORRÊA, R.L. Construindo o conceito de Cidade Média. In: SPÓSITO, Maria E. B. (org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.23-33.
- CORRÊA, A. de S.; MIZUSAKI, M.Y. Produção agrícola e sua reestruturação produtiva no estado de Mato Grosso do Sul. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA (EGAL), 12, 2009, Montevideo. **Anais...**Montevideu: EGAL, 2009. p. 1-16.
- ELIAS, D.; PEQUENO, R.M. O novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPÓSITO, M.E.B.; ELIAS, Denise; SOARES, B.R. (Org.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- GIANEZINI, K. et al. Políticas Públicas: definições, processos e construções no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.
- HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Anablume, 2004.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas nacional do Brasil Milton Santos**. Rio de Janeiro, 2010.
- SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1990.
- SPOSITO, M.E.B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____ (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. p. 609-643.
- SPOSITO, M.E.B. et. al. O estudo das Cidades Médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: _____ (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.35-67.
- SPOSITO, M.E.B.; ELIAS, D.; SOARES, B.R. (org.). **Agentes Econômicos e Reestruturação Urbana e Regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SPOSITO, M.E.B.; MAIA, D.S. (org.) **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Dourados e Chapecó**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- STERENBERGER, M.; BRUNA, G.C. Cidades médias: elos do urbano regional e do público privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 35-77.
- TEIXEIRA, E.C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, p. 1-11, 2002.
- VIEIRA, A.B; MELAZZO, E.S. Introdução ao conceito de segregação socioespacial. **Formação**, v. 1, n. 10, p. 161-173, 2003.

Data de submissão: 17/ fev. / 2019

Data de aceite: 15/ jul. / 2019